



ESTADOS UNIDOS

A cartada do “vice-rei” de Trump

O secretário de Estado, Marco Rubio, comanda a ofensiva de Trump para "reconquistar" a América Latina, apara arestas do passado e vai reforçando o cacife para disputar, em 2028, a candidatura do Partido Republicano à Casa Branca

» SILVIO QUEIROZ

Ele já foi “aclamado”, na imprensa dos Estados Unidos como o novo “governante de fato” da Venezuela. Donald Trump diz que acalenta o projeto de vê-lo como futuro presidente de Cuba. O secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, nascido e criado na Flórida de pais cubanos, opera com desenvoltura a política agressiva determinada pelo chefe para restabelecer a hegemonia sobre as Américas — o Hemisfério Ocidental, como prefere a geopolítica de Washington —, em especial na América Latina e no Caribe. Entre aliados (com admiração) e entre rivais (com algo de ironia), ele começa a ser visto e tratado como uma espécie de “vice-rei”, bem como possível sucessor na Casa Branca.

Rubio responde pela execução da política externa de Trump em seu conjunto. Mas, por origem e trajetória no Partido Republicano, como senador pela Flórida, se sobressai na ofensiva contra Venezuela, Cuba e outros governos latino-americanos tidos como adversos — inclusive o do Brasil. Tomou-se peça-chave para a recém-batizada Doutrina Donroe, título que funde o prenome do atual presidente com o sobrenome de James Monroe, que a proclamou há dois séculos. O lema anticolonial “A América para os americanos” ganha uma releitura segundo a qual cabe aos EUA, na disputa com a China pela hegemonia global, “reconquistar” uma área de influência “natural” negligenciada pelos últimos governos.

“Ele pode, sim, ser visto como o homem-forte para a América Latina, tem interesse em consolidar o projeto da extrema-direita na região”, avalia, em entrevista ao **Correio**, o professor de relações internacionais Juliana Cortinhas. Depois da captura fulminante do presidente Nicolás Maduro, na Venezuela, e do tenaz bloqueio energético a Cuba, Cortinhas vê outro alvo imediato na mira do secretário de Estado: “Agora, o Brasil é a bola da vez”. Tamya Rebelo, que leciona na mesma área na ESPM e na Belas Artes, em São Paulo, é mais cautelosa. “Embora Rubio adote posições críticas em relação a Lula, o Brasil é historicamente um parceiro importante

dos EUA”, pondera. “O caso do Brasil apresenta camadas mais complexas.”

Afinidades

As afinidades com o presidente, nesse e em outros terrenos, explicam a posição ocupada pelo secretário de Estado no círculo mais íntimo do poder, em Washington. “Rubio é uma voz potente no tabuleiro regional também porque suas interpretações são compatíveis com várias prioridades do governo Trump”, observa a professora. “Em recente audiência no Senado, afirmou que os EUA negligenciaram a América Latina durante 20 anos, permitindo o avanço da China e de outras potências, e que agora seria o momento de reverter esse quadro.”

É por essa perspectiva que a estudiosa analisa as ambições políticas do secretário, que o jornalista Manuel Roig-Franzia, autor de “A ascensão de Marco Rubio”, define como “caminhar lado a lado com Donald Trump para chegar a outro lugar, aquele onde Trump está sentado, que é a Casa Branca”. Tamya lembra a dura troca de ataques entre os dois em 2016, quando disputaram a indicação do Partido Republicano para a disputa pela Casa Branca: “Trump o chamava de ‘pequeno Marco’, e Rubio chamava Trump de ‘vigarista’. Agora, avalia, “os ruídos do passado têm sido deixados para trás”.

A professora da ESPM vê no desempenho do secretário, em especial naquele que os EUA veem como seu “quintal”, um trunfo para um possível voo de alcance mais longo. “A maior atenção dedicada por ele à América Latina pode estar relacionada não apenas ao seu conhecimento sobre a região, mas também aos ganhos políticos que eventuais resultados poderiam lhe proporcionar, inclusive como um ativo para uma possível candidatura à presidência”, considera.

John Quincy Adams, que respondeu pelo Departamento de Estado há dois séculos, é tido como o cérebro por trás da Doutrina Monroe. Pode servir como referência e inspiração para Marco Rubio: em 1825, tornou-se o sucessor de James Monroe.

Brendan Smialowski/AFP



Palavra de especialista

O homem de confiança

Marco Rubio é uma figura chave com relação a todas as áreas do mundo, como secretário de Estado. Não chegou a essa posição por acaso: tem a confiança de Donald Trump, é ideologicamente próximo ao presidente. Para essa gestão, Trump escolheu apenas pessoas nas quais tem total confiança, com quem pode contar para quaisquer absurdos que decida realizar.

É bem diferente do primeiro mandato, quando ele ainda tentou se cercar de políticos mais tradicionais do Partido Republicano ou de pessoas que tivessem algum conhecimento técnico sobre

os temas de suas agenda. Agora, não: resolveu pisar no acelerador, e para isso precisava cercar-se de pessoas que não o freassem. Rubio tem esse perfil.

É um risco, para a América Latina, ter uma figura como essa no Departamento de Estado, porque não pensa tecnicamente, pragmaticamente: toda a construção argumentativa e todas as decisões deles são ideológicas. Ele coloca toda a região sob risco de intervenção, e isso é extremamente preocupante para o Brasil, neste ano eleitoral.

JULIANO CORTINHAS, professor de relações internacionais da UnB

Arquivo Pessoal



O chefe da diplomacia de Washington em audiência no Senado, em junho: abordagem agressiva no “quintal”



Não vamos permitir que o nosso Hemisfério seja base de operações para adversários, competidores e rivais dos EUA”

Marco Rubio, secretário de Estado dos EUA

Paulo Delgado



contato@paulodelgado.com.br

ARTIMANHAS DA OMC

No final de julho, o Brasil protocolou na Organização Mundial do Comércio (OMC) o pedido de consultas do caso DS646, contra as sobretaxas impostas pelos Estados Unidos a uma variedade de produtos brasileiros. Em 10 de agosto, Washington aceitou conversar oficialmente. Para medir tanto o tamanho quanto os limites desse gesto, é preciso compreender a OMC.

A OMC é uma organização jovem num sistema de governança global estabelecido em torno de organizações já octogenárias. Nasceu em 1995, cinco décadas depois das gêmeas de Bretton Woods, FMI e Banco Mundial, criadas em 1944.

A OMC surge no auge daquilo que o comentarista de Washington, Charles Krauthammer, batizou, em 1990, de “momento unipolar” dos EUA, tese depois formalizada pelo acadêmico William Wohlforth e embalada pela popularidade do diagnóstico de Francis Fukuyama sobre um suposto fim da História. Naquela década, John Ikenberry

deu a versão institucional do argumento: o vencedor se amarra voluntariamente a regras para tornar sua hegemonia palatável aos demais. Era o espírito de 1995.

Daí a OMC ter nascido mais democrática que as irmãs mais velhas. Nada de cotas ponderadas como no FMI, nada de poder de veto para cinco potências como no Conselho de Segurança. Na OMC, países têm votos com pesos iguais e muitas decisões ocorrem por consenso. O igualitarismo, porém, cobra seu preço. Votos com pesos iguais melindram potências. E consenso significa que qualquer um dos mais de 160 membros pode travar tudo. Ora, foi assim que a Rodada Doha, aberta em 2001, jamais terminou. Regra progressista no papel, grilhões na prática.

O sistema de solução de controvérsias tem etapas bem definidas: consultas, painel, Órgão de Apelação, adoção do relatório pelo Órgão de Solução de Controvérsias e, em caso de descumprimento,

autorização para retaliar. A engenhosidade de 1995 foi o “consenso negativo”: o relatório é adotado a menos que todos o rejeitem, inclusive o vencedor. Por outro lado, a nomeação dos juízes do Órgão de Apelação segue a regra do consenso positivo, o que abre espaço para bloqueio do órgão.

E tudo isso tem a ver com as expectativas frustradas do curto momento unipolar. A entrada da China na OMC, em 2001, foi o último gesto de sincera autoconfiança americana: uma aposta de que as instituições que Washington defendera para domar um mundo “anárquico” domariam também Pequim. Não domaram. A ascensão chinesa e, num segundo momento, a dos demais Brics, produziu reações menos estratégicas do que ciumentas e paranoicas, negativamente infantis, por parte de Washington.

E o buraco é mais embaixo, porque a lambança não começou com o governo Trump. Foi Obama, com o “Pivô para a Ásia” da secretária Hillary Clinton, quem inaugurou a fase do mau perdedor: um país que não só tomava consciência do

fim de seu momento unipolar como reagia muito mal a isso. Foi também sob Obama que se normalizou a prática de intimidar juízes, vetando a recondução de membros cujas decisões desagradavam.

Nas palavras de Ashutosh Pandey, editor de negócios da rede de notícias alemã Deutsche Welle (DW), “os EUA não estão de fato interessados em um árbitro imparcial: a OMC é boa enquanto Washington — que venceu a maioria dos casos que levou à corte — não for penalizado”.

Trump levou o método ao limite. Desde 2017, início de seu primeiro mandato, bloqueia nomeações para o Órgão de Apelação. Em dezembro de 2019, perdeu-se o quórum mínimo de três juízes e o órgão parou. Biden não desbloqueou, apesar de ter prometido resolver a questão. De volta ao poder, Trump mantém a corte paralisada. São sete anos de apelações “no vácuo”, em que recursos são protocolados contra um tribunal oco.

Esse padrão de boicote e intimidação não é exclusivo dos Estados potentes. Firmas gigantes fazem com fiscos, reguladores e tribunais de todas as jurisdições

exatamente o que superpotências fazem com a OMC e o direito internacional: cumprem enquanto convém, escolhem o foro que convém e tratam a lei como algo que disciplina apenas os outros. Poder e percepção de imunidade crescem juntos.

Por isso, a aceitação estadunidense das consultas vem muito porque os EUA sabem que têm mais a perder do que a ganhar nesse cabo de guerra desnecessário com o Brasil.

Cabe ao Brasil ser firme e esperto ao mesmo tempo. Há que se litigar, formar coalizões, negociar e seguir diversificando mercados, tudo simultaneamente. O mundo antes e depois de Trump é o mesmo: quanto mais poder tem uma firma ou um país, mais ele se julga acima dos outros e das cortes. Contra isso, potências médias têm uma vantagem que a maioria das jurisdições do mundo, pequenas e mais vulneráveis, não têm: temos peso suficiente para cobrar dos grandes um comportamento menos unilateral e arbitrário, assim como temos relativamente pouco a perder ao cobrá-los.

PAULO DELGADO, sociólogo